



**ANABB**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS FUNCIONÁRIOS DO  
BANCO DO BRASIL



**AGENDA  
LEGISLATIVA  
ANABB  
2023  
1ª Edição**

# EXPEDIENTE

## DIRETORIA EXECUTIVA

AUGUSTO CARVALHO

Presidente

WILLIAM BENTO

Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

NILTON BRUNELLI

Vice-Presidente de Comunicação

LISSANE HOLANDA

Vice-Presidente de Relações Funcionais

CECÍLIA GARCEZ

Vice-Presidente de Relações Institucionais

## CONSELHO DELIBERATIVO

Cláudio Zucco – Presidente

Adelmo Vianna

Ana Landin

Anaya Carvalho

Antílhon Saraiva

Antonio Tremarin

Antonio Carvalho

Aparecida Medeiros

Carlos Soares (Carlinhos)

Carlos Luiz Teixeira Ribeiro

Célia Larichia

Claudio Pacheco

Denise Vianna

Francisco Alves e Silva (Xixico)

Graça Machado

Haroldo Vieira

Isa Musa

José Antonio dos Santos

Mércia Pimentel

Pedro Paim

Waldenor Mariot

## CONSELHO FISCAL

Genildo Reis – Presidente

Flávia Casarin

Oséas Silva de Sousa

Jonas Couto (Suplente)

Marcos Maia (Suplente)

Valmir Canabarro (Suplente)

## DIRETORES REGIONAIS

AC-01: Julia Maria Matias de Oliveira

AL-02: Nilson Roberto Lopes Vieira

AP-03: Samuel Bastos

AM-04: Terezinha Rodrigues da Silva

BA-05: Carlos Alberto Pereira Cabral

BA-06: Zaki Chagouri Ocke

BA-07: Amilton Vasconcelos dos Santos

BA-08: Maruse Dantas Xavier

CE-09: Maria José Faheina de Oliveira

CE-10: Ozimeire Penaforte S. Caetano

DF-11: Fausto de Lima Peixoto

DF-12: Nelson Vieira Filho

DF-13: Armando Cesar Ferreira dos Santos

DF-14: Elpidio Taube

DF-15: Waldyr Peixoto Filho

ES-16: Sebastião Ceschim

GO-17: Diusa Alves de Almeida

GO-18: José Carlos Teixeira de Queiroz

MA-19: Camilo Gomes da Rocha Filho

MT-20: Daniel Ambrosio Fialkoski

MS-21: Valdineir Ciro de Souza

MG-22: Luiz Carlos Fazza

MG-23: Eustáquio Guglielmelli

MG-24: Matheus Fraiha de Souza Coelho

MG-25: Amir Além Aquino

MG-26: Aníbal Moreira Borges

MG-27: Maria Rosário Fátima Durães

PA-28: Fábio Gian Braga Pantoja

PB-29: Maria Aurinete Alves de Oliveira

PR-30: Aníbal Rumiatto

PR-31: Antônio Ribas Maciel Júnior

PR-32: Sergio Ricardo Areco Pereira

PR-33: Carlos Kravicz

PE-34: Carolina Maria de Godoy Matos

PE-35: Eunice Lourenço Silva Jardim

PI-36: Francisco Carvalho Matos

RJ-37: Antônio Roberto Vieira

RJ-38: Maurício Gomes de Souza

RJ-39: Regina Marçal de Carvalho Seixas

RJ-40: Deuseli Fernandes Rosas Moreira

RJ-41: Sérgio Werneck Isabel da Cruz

RJ-42: Eduardo Leite Guimarães

RN-43: Damião Casado de Rezende

RS-44: Celson José Matte

RS-45: Maximiliano Bernardes de Amaro

RS-46: Edmundo Velho Brandão

RS-47: Paulo Bastos Noronha

RS-48: Maria Avani Cervo  
RS-49: Hermes Antonio M. Saldanha  
RO-50: Marco Antônio Anders de Almeida  
RR-51: Rodrigo Esteves Martins  
SC-52: Maria Helena Possas Feitosa  
SC-53: VAGO  
SC-54: Antônio João Furquim Pereira  
SP-55: Maria Cecília Censoni  
SP-56: Nilton Cifuentes Romão  
SP-57: Waldenor Moreira Borges Filho  
SP-58: Reginaldo Fonseca da Costa  
SP-59: Adilson Antonio Meneguela  
SP-60: Honório Almirão Filho  
SP-61: José Roberto Leme  
SP-62: Luiz Gonzaga Catelli Jr.  
SP-63: Jaime Bortoloti  
SP-64: Juvenal Aparecido Ferreira Antunes  
SE-65: Almir Souza Vieira  
TO-66: Roberto Vieira da Luz

## CONTATO

SHCS 507 Bloco A Loja 15  
Brasília-DF  
0800 727 9669  
(61) 3442-9696

E-mail: [anabbresponde@nabb.org.br](mailto:anabbresponde@nabb.org.br)  
Site: [www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br)

   @anabbevoce

# ÍNDICE

<b>05</b>	Apresentação
<b>06</b>	Palavra do Presidente
<b>08</b>	Mesas Diretoras
<b>10</b>	Siglas
<b>12</b>	Destaque
<b>17</b>	Previdência
<b>20</b>	Tributário
<b>25</b>	FGTS
<b>26</b>	Trabalhista
<b>29</b>	Saúde
<b>30</b>	Governança
<b>32</b>	Desestatização
<b>36</b>	Penal
<b>37</b>	Eleitoral



# APRESENTAÇÃO

A **ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil** -, legítima representante dos funcionários do BB, da ativa e aposentados, possui 37 anos de existência com atuação estratégica voltada para a defesa do Banco do Brasil e dos interesses de seus associados.

Desde a sua fundação, em 1986, a Associação desempenha importante papel de articulação junto aos três Poderes da República, especialmente no que diz respeito à garantia dos direitos individuais e coletivos do funcionalismo do BB.

Em especial, durante a Constituinte, a ANABB subscreveu três Emendas Populares, dedicadas à participação dos trabalhadores no lucro real das empresas, aos proventos de aposentadoria e à fixação de teto de contribuição previdenciária sobre salários e proventos.

Na história mais recente, a Associação tem contínua atuação em defesa da Previ e da Cassi, dos planos de previdência e de saúde, respectivamente, dos funcionários do Banco do Brasil.

Diante desta atuação histórica e com o objetivo de contribuir positivamente no debate de temas relevantes, assim como na construção de soluções que possam afetar a vida dos bancários e da sociedade em geral, a ANABB desenvolveu a **AGENDA LEGISLATIVA - ANABB 2023**.

Esse documento é a materialização do que entendemos como relevante entre as proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que merecem atenção especial, especificamente neste primeiro ano da 57ª Legislatura.

A ANABB é uma entidade plural e independente, não se pautando por ideologias, mas pelo seu papel de representatividade e de canal propositivo junto aos Poderes e em diversos segmentos da sociedade. Nossa proposta é orientar as decisões que afetam a vida de dezenas de milhares de brasileiros e influir positivamente nelas.

Dessa forma, sempre pautada no mais profundo respeito à diversidade de opiniões dos parlamentares, colocamo-nos à disposição para aprofundar o diálogo, inclusive com autoridades do Executivo, sobre os temas apresentados neste documento.

## PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2023 será fundamental para a busca da estabilidade política, institucional e social do País, especialmente em razão da posse do novo governo e do Congresso Nacional.

O desafio de fortalecimento do Estado, das políticas públicas e da pacificação do país irá exigir vontade política, diálogo, equilíbrio nas relações institucionais e calibragem nas propostas, sempre na perspectiva de um governo eficaz e íntegro, de uma sociedade civil ativa e diversa e de um mercado economicamente competitivo e produtivo.

Para enfrentar esses desafios, o governo federal elegeu algumas prioridades, classificadas como emergenciais, de curto e médio prazos, que dependem de atos legais ou ação política para sua implementação, algumas das quais já estão em curso.

Uma das medidas emergenciais, tomadas antes mesmo da posse do Presidente e do novo Congresso, consistiu na aprovação da Emenda Constitucional - EC nº126/2022, conhecida com PEC da Transição, e na readequação orçamentária.

No curto prazo, as prioridades abrangem a reestruturação administrativa – passamos a ter 37 ministérios -, e a deliberação pelo novo Congresso das medidas provisórias editadas pelo Executivo, notadamente a que trata do critério de desempate no Conselho de Contribuintes e da que dispõe sobre a continuidade do valor do Bolsa-Família. E também contemplam, além da política de recuperação do valor do salário-mínimo, sobre a qual já existe um grupo de trabalho em andamento, a criação de novos grupos de trabalho tripartite para rever aspectos da legislação trabalhista e sindical.

No médio prazo, as prioridades incluem a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, além do debate e da deliberação sobre as reformas tributária e fiscal ampla. Pelo menos dois pontos serão centrais na discussão da proposta de reforma tributária infraconstitucional: a tributação sobre lucros e dividendos e a cobrança de tributos sobre grandes fortunas.

Há perspectiva de que a política de privatizações seja redesenhada e contida. Os



bancos oficiais, por sua vez, terão papel fundamental no fomento ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda, conforme explicita a Mensagem ao Congresso Nacional, por ocasião da instalação da nova Legislatura: “O novo Governo Federal reassume seu compromisso com os bancos públicos – como Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – em sua missão de fomento ao desenvolvimento econômico, social e ambiental e na oferta de crédito a longo prazo e garantias em projetos estruturantes, compromissados com a sustentabilidade financeira dessas operações”.

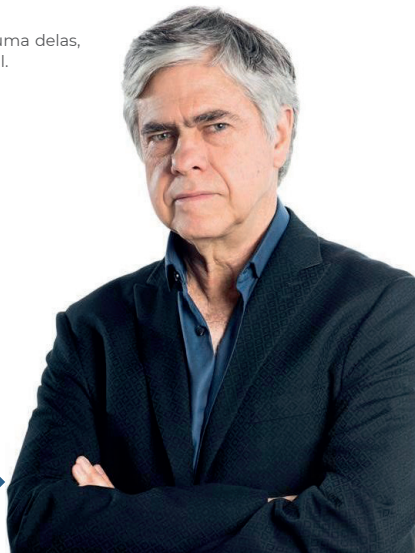
Em sintonia com esse ambiente de reconstrução, a ANABB lança sua Agenda Legislativa com os temas prioritários de interesse de nossos associados, especialmente a valorização dos bancos públicos e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos bancários, em geral, e do Banco do Brasil, em particular.

A ANABB não se furta em defender temas que também podem afetar a sociedade. Por isso, de forma estratégica, assume posicionamentos que trazem benefícios aos associados e toda a família BB.

Nessa linha, elencamos 55 pautas prioritárias sobre os mais diversos temas, como: previdência, trabalhista, tributação e desestatização, na busca pela defesa clara de um Banco do Brasil que seja fomento do desenvolvimento do país.

A seguir, detalhamos cada uma delas, bem como a sua tramitação atual.

**AUGUSTO CARVALHO**  
Presidente da ANABB  
(2021-2024)



# MESAS DIRETORAS

## MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Biênio 2023-2024)

### **Presidência:**

Presidente: deputado Arthur Lira (PP/AL)

1º Vice – Presidente: deputado Marcos Pereira (Republicanos/SP)

2º Vice – Presidente: deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)

### **Secretários:**

1º Secretário: deputado Luciano Bivar (UNIÃO/PE)

2ª Secretária: deputada Maria do Rosário (PT/RS)

3º Secretário: deputado Júlio Cesar (PSD/PI)

4º Secretário: deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)

### **Suplentes de Secretários:**

1º Suplente: deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP)

2º Suplente: deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)

3º Suplente: deputado Beto Pereira (PSDB/MS)

4º Suplente: deputado André Ferreira (PL/PE)





## MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL (Biênio 2023-2024)

### **Presidência:**

Presidente: senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

1º Vice – Presidente: senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

2º Vice – Presidente: senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

### **Secretários:**

1º Secretário: senador Rogério Carvalho (PT/SE)

2º Secretário: senador Weverton (PDT/MA)

3º Secretário: senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

4º Secretário: senador Styvenson Valetim (PODEMOS/RN)

### **Suplentes de Secretários:**

1º Suplente: vago

2º Suplente: vago

3º Suplente: vago

4º Suplente: vago

# SIGLAS

## Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

<b>CASP</b>	Comissão de Administração e Serviço Público
<b>CAPADR</b>	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
<b>CCTI</b>	Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>CPOVOS</b>	Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais
<b>CCOM</b>	Comissão de Comunicação
<b>CCJC</b>	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
<b>CCULT</b>	Comissão de Cultura
<b>CDC</b>	Comissão de Defesa do Consumidor
<b>CMULHER</b>	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
<b>CIDOSO</b>	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
<b>CPD</b>	Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
<b>CDE</b>	Comissão de Desenvolvimento Econômico
<b>CDU</b>	Comissão de Desenvolvimento Urbano
<b>CDHMIR</b>	Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial
<b>CE</b>	Comissão de Educação
<b>CESPO</b>	Comissão do Esporte
<b>CFT</b>	Comissão de Finanças e Tributação
<b>CFFC</b>	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
<b>CICS</b>	Comissão de Indústria, Comércio e Serviços
<b>CINDRE</b>	Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
<b>CLP</b>	Comissão de Legislação Participativa
<b>CMADS</b>	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
<b>CME</b>	Comissão de Minas e Energia
<b>CPASF</b>	Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família
<b>CREDN</b>	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
<b>CSAUDE</b>	Comissão de Saúde
<b>CSPCCO</b>	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
<b>CTRAB</b>	Comissão de Trabalho
<b>CTUR</b>	Comissão de Turismo
<b>CVT</b>	Comissão de Viação e Transporte

<b>CD</b>	Câmara dos Deputados
<b>SF</b>	Senado Federal
<b>CN</b>	Congresso Nacional
<b>MPV</b>	Medida Provisória
<b>PDC</b>	Projeto de Decreto Legislativo
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>PL</b>	Projeto de Lei Ordinária
<b>PLP</b>	Projeto de Lei Complementar

## Comissões Permanentes do Senado Federal

<b>CAE</b>	Comissão de Assuntos Econômicos
<b>CAS</b>	Comissão de Assuntos Sociais
<b>CCJ</b>	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
<b>CCT</b>	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
<b>CDH</b>	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
<b>CDIR</b>	Comissão Diretora do Senado Federal
<b>CDR</b>	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
<b>CE</b>	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
<b>CI</b>	Comissão de Serviços de Infraestrutura
<b>CMA</b>	Comissão de Meio Ambiente
<b>CRA</b>	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
<b>CRE</b>	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
<b>CSF</b>	Comissão Senado do Futuro
<b>CSP</b>	Comissão de Segurança Pública
<b>CTFC</b>	Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

**@ 2023. ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.**

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

## DESTAQUE

## PDL 313/2022

**Autor:** Pompeo de Mattos (PDT/RS)

**Objeto:** Susta os efeitos da Resolução nº 42, de 4 de agosto de 2022, do Ministério da Economia, que "Estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto aos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários"

**Tramitação:** Aguarda designação de Relator na Comissão de Trabalho (CTRAB)

**Próximo passo:** CTRAB > CCJC > PLENÁRIO

## DESTAQUE

## PLP 84/2015

**Autor:** Dep. Maria do Rosário (PT/RS)

**Objeto:** Altera disposições das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001, sobre o Regime de Previdência Complementar

**Tramitação:** Aguarda apreciação na Comissão de Trabalho (CTRAB)

**Próximo passo:** CTRAB > CSSF > CFT > CCJC > PLENÁRIO

## DESTAQUE

## PEC 45/2019

**Autor:** Dep. Baleia Rossi (MDB/SP)

**Objeto:** A Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências

**Tramitação:** Criado Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados para discussão da matéria e apresentação de relatório para deliberação em Plenário

**Próximo passo:** GT > PLENÁRIO

## DESTAQUE

## PL 7172/2010

**Autor:** Sen. César Borges (PR/BA)

**Objeto:** Reduz para 60 anos a idade mínima do beneficiário da parcela isenta do Imposto de Renda incidente sobre rendimentos pagos pela previdência social

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** Aprovado na CIDOSO > CFT > CCCJ > PLENÁRIO

## DESTAQUE

## PL 7979/2017

**Autor:** Comissão de Legislação Participativa - Associação dos Funcionários dos Bancos do Nordeste do Brasil.

**Objeto:** Acrescenta parágrafo ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender aos dirigentes e aos representantes de associações de trabalhadores, quando no exercício da defesa dos interesses de sua categoria, as garantias dadas aos dirigentes sindicais

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** Aprovado na CTAB > **CCJC** > PLENÁRIO

## DESTAQUE

## PL 10256/2018

**Autor:** Dep. Cabo Sabino (Avante/CE)

**Objeto:** Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de 65 anos

**Tramitação:** Apensado ao PL nº 7.172/2010 – Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** Aprovado na CIDOSO > **CFT** > CCJC

**DESTAQUE****PL 581/2019**

**Autor:** Sen. Álvaro Dias (Podemos/PR)

**Objeto:** Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas

**Tramitação:** Aprovado no Senado Federal - Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB)

**Próximo passo:** **CTRAB** > CFT > CCJC > PLENÁRIO

**DESTAQUE****PL 5503/2019**

**Autor:** Sen. Paulo Paim (PT/RS)

**Objeto:** Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados

**Tramitação:** Aprovado no Senado Federal – Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** Aprovado na CSSF > **CFT** > CCJC

**DESTAQUE****PL 1413/2019**

**Autor:** Dep. Enéias Reis (PSL/MG)

**Objeto:** Altera o art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para que os rendimentos do trabalho dos detentores de doenças graves sejam isentos do Imposto de Renda da Pessoa Física

**Tramitação:** Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** PLENÁRIO

**DESTAQUE****PL 1135/2020**

**Autor:** Dep. Roberto de Lucena (Pode/SP)

**Objeto:** Torna proibida a contribuição previdenciária do trabalhador aposentado

**Tramitação:** Apensado ao PL 2567/2011 – Aguarda designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)

**Próximo passo:** CIDOSO > CSSF > CFT > CCJC



**DESTAQUE****PL 461/2021**

**Autor:** Dep. Kim Kataguiri (DEM/SP)

**Objeto:** Altera a Lei nº 9.491, de 1997, a fim de incluir o Banco do Brasil no Programa Nacional de Desestatização

**Tramitação:** Apensado ao PL 2728/1989 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** PLENÁRIO

**PREVIDÊNCIA****PL 4434/2008**

**Autor:** Sen. Paulo Paim (PT/RS)

**Objeto:** Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária

**Tramitação:** Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** Aprovado no SF > Aprovado na CSSF > Aprovado na CCJC > PLENÁRIO

## PREVIDÊNCIA

## PLP 98/2015

**Autor:** Dep. Celso Russomanno (PRB/SP)

**Objeto:** Altera a Lei Complementar nº 109/2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, para estabelecer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor às entidades de previdência privada

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** Aprovado na CSSF > Aprovado na CDC > **CCJC**

## PREVIDÊNCIA

## PLP 265/2016

**Autor:** Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

**Objeto:** Altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001

**Tramitação:** Aguarda apreciação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

**Próximo passo:** **CSSF** > CFT > CCJC > PLENÁRIO

## PREVIDÊNCIA

## PL 5818/2019

**Autor:** Dep. Christino Aureo (PP/RJ)

**Objeto:** Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, para introduzir desconto na alíquota da contribuição social, a cargo da empresa, como fomento à contratação e capacitação do público enquadrado na denominada “Economia Prateada”, cuja idade seja inferior em até dez anos à idade mínima exigida para a aposentadoria

**Tramitação:** Apensado ao PL 6930/2006 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** Aprovado na CTASP > **CCJC** > PLENÁRIO

## PREVIDÊNCIA

## PLP 164/2020

**Autor:** Poder Executivo

**Objeto:** Altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para instituir a independência patrimonial dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)

**Próximo passo:** **CSAUDE** > CFT > CCJC > PLENÁRIO

## PREVIDÊNCIA

## PLP 12/2020

**Autor:** Dep. Gilson Marques (Novo/SC)

**Objeto:** Revoga o § 4º do art. 14 da Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

**Próximo passo:** CSSF > CFT > CCJC > PLENÁRIO

## TRIBUTÁRIO

## PL 5737/2009

**Autor:** Sen. Renan Calheiros (PMDB/AL)

**Objeto:** Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes mellitus e a fibrose cística entre as doenças e os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma

**Tramitação:** Apensado ao PL 1217/2007 – Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** Aprovado na CSSF > CFT > CCJC

## TRIBUTÁRIO

## PL 5338/2009

**Autor:** Sen. Efraim Morais (DEM/PB)

**Objeto:** Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de 66 anos

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** Aprovado na CIDOSO > Aprovado na CSSF > **CFT** > CCJC

## TRIBUTÁRIO

## PL 6094/2013

**Autor:** Dep. João Campos (PSDB/GO)

**Objeto:** Altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para reajustar os valores das tabelas progressivas mensais do Imposto de Renda da Pessoa Física, das deduções por dependente, das despesas com educação e dá outras providências

**Tramitação:** Apensado ao PL 458/2021 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

## TRIBUTÁRIO

## PL 3737/2019

**Autor:** Dep. Norma Ayub (DEM/ES)

**Objeto:** Reajusta os valores da tabela progressiva mensal e da parcela isenta de pensão, aposentadoria, reserva remunerada e reforma de maiores de 65 anos do Imposto de Renda da Pessoa Física, cria mecanismo de atualização automática na mesma data em que forem reajustados os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo mesmo percentual de correção, e permite que os imóveis sejam corrigidos pelo IPCA, a partir de 1º de janeiro de 1996, para efeitos de informação na declaração de rendimentos e de apuração de ganho de capital

**Tramitação:** Apensado ao PL 458/2021 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

## TRIBUTÁRIO

## PL 3887/2020

**Autor:** Poder Executivo

**Objeto:** Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), e altera a legislação tributária federal

**Tramitação:** Aguarda criação de Comissão Temporária pela Mesa

**Próximo passo:** **COMISSÃO ESPECIAL**

## TRIBUTÁRIO

## PL 4082/2019

**Autor:** Dep. Afonso Motta (PDT/RS)

**Objeto:** Altera a Lei nº 9.491, de 1997, para determinar que a desestatização de empresas ou instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, se dará mediante prévia aprovação pelo Congresso Nacional, bem como altera a redação do inciso XVIII do art. 29 da Lei nº 13.303/2016, para estabelecer que só será permitida a dispensa de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista, na compra e venda de ações, títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem, se não importarem na perda de controle acionário

**Tramitação:** Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** PLENÁRIO

## TRIBUTÁRIO

## PL 960/2021

**Autor:** Dep. Eduardo Costa (PTB/PA)

**Objeto:** Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que estabelece isenção do Imposto de Renda sobre rendimentos percebidos por pessoas físicas, substituindo o termo alienação mental por doenças mentais crônicas limitantes

**Tramitação:** Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** PLENÁRIO

## TRIBUTÁRIO

## PL 1253/2021

**Autor:** Dep. Charles Fernandes (PSB/BA)

**Objeto:** Altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física com o objetivo de permitir a dedução do Imposto de Renda de exames e medicações que levem ao uso contínuo

**Tramitação:** Apensado ao PL 1457/2022 - Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** CFT > CCJC

## TRIBUTÁRIO

## PL 1644/2021

**Autor:** Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP)

**Objeto:** Acrescenta alíneas ao inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988

**Tramitação:** Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** PLENÁRIO



**TRIBUTÁRIO**
**PL 2337/2021**

**Autor:** Poder Executivo

**Objeto:** Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

**Tramitação:** AAguarda distribuição no Senado Federal

**Próximo passo:** Aprovado na Câmara dos Deputados > **CAE**

**FGTS**
**PL 7472/2010**

**Autor:** Dep. Rodrigo Maia (DEM/RJ)

**Objeto:** Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências

**Tramitação:** Apensado ao PL 2541/2015 – Aguarda designação de relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)

**Próximo passo:** **CSAUDE** > CTAB > CFT > CCJC > PLENÁRIO

FGTS

## PL 3304/2019

**Autor:** Dep. Lauriete (PL/ES)

**Objeto:** Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de medicamentos de alto custo

**Tramitação:** Apensado ao PL 3800/2019 - Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** CFT > CTAB > CSSF > CCJC > PLENÁRIO

FGTS

## PL 951/2020

**Autor:** Sen. Eliziane Gama (Cidadania/MA)

**Objeto:** Altera o art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990

**Tramitação:** Aguardando despacho da Mesa

**Próximo passo:** Aguardando distribuição no Senado Federal

## TRABALHISTA

## PLP 64/2003

**Autor:** Dep. Mário Heringer (PDT/MG)

**Objeto:** Dispõe sobre horário de atendimento bancário ao público

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** Aprovado na CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

## TRABALHISTA

## PL 2567/2011

**Autor:** Sen. Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)

**Objeto:** Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)

**Próximo passo:** **CIDOSO** > CSSF > CFT > CCJC

## TRABALHISTA

## PL 7179/2017

**Autor:** Sen. Maria do Carmo (DEM/SE)

**Objeto:** Dispõe sobre a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB)

**Próximo passo:** Aprovado na CMULHER > CTRAB > CCJC

## TRABALHISTA

## PL 1034/2019

**Autor:** Dep. Lourival Gomes (PSL/RJ)

**Objeto:** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a garantia no emprego para trabalhador prestes a se aposentar

**Tramitação:** Apensado ao PL 6930/2006 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** Aprovado na CTASP > CCJC > PLENÁRIO

**TRABALHISTA** 

## PL 2931/2019

**Autor:** Dep. Pastor Eurico (Patri/PE)

**Objeto:** Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer cota para contratação de pessoas com mais de 40 anos de idade pelas empresas com mais de 100 empregados

**Tramitação:** Apensado ao PL 6930/2006 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** Aprovado na CTASP > **CCJC** > PLENÁRIO

**TRABALHISTA** 

## PL 167/2023

**Autor:** Dep. Renata Abreu (PODE/SP)

**Objeto:** Altera a Lei nº 13.303/2016 para assegurar a paridade de gêneros da estrutura societária das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas filiais

**Tramitação:** Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

**Próximo passo:**

## SAÚDE

## PL 7419/2006

**Autor:** Dep. Luiz Pontes (PSDB/CE)

**Objeto:** Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e os seguros privados de assistência à saúde

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão Especial - PL 7419/06 - PLANOS DE SAÚDE - Pronto para pauta no Plenário

**Próximo passo:** Aprovado na CSAUDE > **PLENÁRIO**

## SAÚDE

## PDC 983/2018

**Autor:** Dep. Chico Alencar (Psol/RJ)

**Objeto:** Susta os efeitos da decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que aprovou, por unanimidade, o índice de reajuste máximo de 10% (dez por cento) com vigência de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 para as contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência suplementar à saúde, individuais e familiares, médico-hospitalares com ou sem cobertura odontológica, previsto no artigo 2º da Resolução Normativa (RN) nº 171, de 29 de abril de 2008

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)

**Próximo passo:** **CSAUDE** > CCJC > PLENÁRIO

## SAÚDE

## PL 164/2023

**Autor:** Dep. Lebrão (UNIÃO/RO)

**Objeto:** Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre a saúde suplementar, para estabelecer regras para os reajustes dos planos privados de assistência à saúde

**Tramitação:** Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

## GOVERNANÇA

## PL 622/2011

**Autor:** Dep. Rodrigo Garcia (DEM/SP)

**Objeto:** Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias a que se refere o art. 173, § 1º da Constituição Federal

**Tramitação:** Apensado ao PL 798/2019 – Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

**Próximo passo:** CTASP > CFT > CDEICS > CCJC

## GOVERNANÇA

## PL 268/2016

**Autor:** Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO)

**Objeto:** Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e a suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas

**Tramitação:** Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** Aprovado na CCJC > **PLENÁRIO**

## GOVERNANÇA

## PL 5546/2019

**Autor:** Sen. José Aníbal (PSDB/SP)

**Objeto:** Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 (Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional), para tipificar o crime de facilitação de gestão fraudulenta ou temerária e definir os crimes de gestão fraudulenta e de gestão temerária, bem como determinar a aplicação do disposto na referida lei, exclusivamente para fins de responsabilização penal, às entidades de previdência complementar e às unidades gestoras dos regimes próprios de previdência social

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

**Próximo passo:** **CFT** > CSAUDE > CCJC



## GOVERNANÇA

## PLP 110/2019

**Autor:** Poder Executivo

**Objeto:** Dispõe sobre a posse e o exercício em cargos nos órgãos de administração e nos órgãos previstos no estatuto ou no contrato social de instituições financeiras públicas e privadas

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)

**Próximo passo:** Aprovado na CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

## GOVERNANÇA

## PL 443/2021

**Autor:** Dep. João Daniel (PT/SE)

**Objeto:** Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para dispor sobre a necessidade de autorização legislativa nos processos de redimensionamento de estrutura organizacional das empresas públicas e sociedades de economia mista, na forma que especifica

**Tramitação:** Apensado ao PL 3124/2004 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** **PLENÁRIO**

## DESESTATIZAÇÃO

## PDC 827/2017

**Autor:** Dep. Alessandro Molon (REDE/RJ)

**Objeto:** Susta os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE)

**Próximo passo:** CDE > CCJC > PLENÁRIO

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 3124/2004

**Autor:** Dep. Marcello Siqueira (MDB/MG)

**Objeto:** Altera a Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de anuência do Congresso Nacional em cada venda de empresa e banco público ou de economia mista

**Tramitação:** Tramita em conjunto com 26 projetos de lei correlatos. Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** Sendo aprovado, segue para o Senado Federal.

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 10470/2018

**Autor:** Dep. Erika Kokay (PT/DF)

**Objeto:** Dispõe sobre regras específicas para abertura do capital social, privatização ou extinção de empresa pública ou sociedade de economia mista para garantir transparência e ampla participação da população e dá outras providências

**Tramitação:** Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 5661/2019

**Autor:** Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR)

**Objeto:** Altera as Leis nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e nº 13.303, de 30 de junho de 2006, para dispor sobre a realização de referendo prévio para alienação de ativos que resultem em perda de controle acionário pela União

**Tramitação:** Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 5588/2019

**Autor:** Dep. José Guimarães (PT/CE)

**Objeto:** Revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que “altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências”

**Tramitação:** Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 5767/2019

**Autor:** Dep. Afonso Motta (PDT/RS)

**Objeto:** Altera a Lei nº 9.491, de 1997, para determinar que a desestatização de empresas ou instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, se dará mediante prévia aprovação pelo Congresso Nacional, bem como altera a redação do inciso XVIII do art. 29 da Lei nº 13.303/2016, para estabelecer que só será permitida a dispensa de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista, na compra e venda de ações, títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem, se não importar na perda de controle acionário

**Tramitação:** Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 5455/2020

**Autor:** Dep. Jesus Sérgio (PDT/AC)

**Objeto:** Altera o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para salvaguardar do Programa Nacional de Desestatização (PND), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

**Tramitação:** Apensado ao PL 3124/2004 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** PLENÁRIO

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 5590/2020

**Autor:** Dep. André Figueiredo (PDT/CE)

**Objeto:** Altera a Lei nº 9.491, de 9 de agosto de 1997, que “altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências”

**Tramitação:** Apensado ao PL 3124/2004 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN)

**Próximo passo:** PLENÁRIO

## DESESTATIZAÇÃO

## PL 591/2021

**Autor:** Poder Executivo

**Objeto:** Dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal

**Próximo passo:** Aprovado na Câmara dos Deputados > CAE

## PENAL

## PL 1521/2019

**Autor:** Dep. Marcos de Jesus (PL/PE)

**Objeto:** Introduce art. 146-A no Código Penal Brasileiro – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho. NOVA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o assédio moral

**Tramitação:** Aguarda parecer do relator, Senador Fabiano Contarato (PT/ES), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

**Próximo passo:** Aprovado na CD > CCJ > PLENÁRIO

## ELEITORAL

## PLP 112/2021

**Autor:** Dep. Soraia Santos (PL/RJ)

**Objeto:** Institui o Código Eleitoral. NOVA EMENTA: Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras

**Tramitação:** Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

**Próximo passo:** PLENÁRIO

\*As informações sobre projetos constantes desta seção foram atualizadas até 27 de fevereiro de 2023.



## Na ANABB, sua família está protegida!

Funcionários do BB e parentes em até 4º grau  
podem fazer parte da Associação



## Venha nos fazer uma visita!




 SHCS 507 Bloco A Loja 15 - Brasília/DF

## Confira nossos canais de atendimento


 0800 727 9669

(61) 3442 9696

## Siga nossas redes sociais e fique por dentro do que realmente importa

   @anabbevoce

 [anabbresponde@anabb.org.br](mailto:anabbresponde@anabb.org.br)

 [www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br)



# JUNTE-SE A NÓS

e faça como os mais de 82 mil funcionários do BB que têm suas carreiras defendidas pela ANABB e desfrutam de vantagens exclusivas.



**Associe-se on-line,  
é rápido e fácil!**

Acesse o QR Code para entrar no site **[anabb.org.br](http://anabb.org.br)**



**Dúvidas?**

0800 727 9669

(61) 3442 9696





**ANABB**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS FUNCIONÁRIOS DO  
BANCO DO BRASIL

